

# Abreu pede aumento das receitas para enfrentar despesas da Previdência

por Arnolfo Carvalho  
de Brasília

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, pediu ontem na Comissão Mista do Orçamento o apoio do Congresso para a aprovação de um conjunto de projetos de lei que o Executivo encaminhará no máximo em duas semanas, propondo o aumento das contribuições previdenciárias de modo a cobrir os gastos com o pagamento dos novos benefícios da Previdência Social.

O governo está contando com esta arrecadação adicional e com a recomposição das tarifas das empresas estatais para viabilizar a nova estimativa de um déficit público operacional de 2,78% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, segundo o ministro. "Temos condições de assegurar um déficit inferior aos 3,9% do ano passado, mas para isso precisamos do concurso do Congresso."

As novas projeções partem de uma reestimativa dos gastos do Tesouro com o pagamento de encargos da dívida pública, que não passariam de 2,5% do PIB (ou NCz\$ 12,3 bilhões) se for utilizado como deflator o Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Por esse método os gastos com os juros da dívida ficariam abaixo dos níveis registrados em 1988.

### ENCARGOS

Outra estimativa, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), resultaria em gastos com encargos entre 3 e 3,2% do PIB (cerca de NCz\$ 15,7 bilhões). "Mesmo assim ainda teríamos neste ano o mesmo volume de despesas com juros registrado em 1988", disse Batista de Abreu, criticando as contas feitas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) "sem bases

reais", que resultaram em estimativas da ordem de 8% do PIB para o déficit operacional.

Com essas reestimativas, o déficit do governo central não deve ultrapassar 1,3% do PIB, segundo ele, já que os cálculos da área técnica mostraram a possibilidade de limitar em 1,26% do PIB essa necessidade líquida de financiamento, excluindo os efeitos das correções monetária e cambial. Nesses cálculos já está embutida a parcela dos gastos com juros da dívida que não possa ser coberta com receita, sendo portanto considerada como déficit.

### DEFICIT DA PREVIDÊNCIA

A Seplan reestimou o déficit potencial da Previdência em 2,3% do PIB para este ano, se não forem aumentadas as contribuições do Finsocial, Pin-Proterra e dos segurados. Não é verdade, segundo a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), que os gastos com pessoal e custeio da máquina administrativa da Previdência cheguem a NCz\$ 4,2 bilhões, correspondendo quase à metade do déficit, como estimou o relator da Comissão Mista de Orçamento, Almir Gabriel (PMDB-PA).

Com pessoal, o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas) gastará neste ano NCz\$ 2,7 bilhões, sendo que os serviços de terceiros, que representam o restante do custeio, não passarão de NCz\$ 200 milhões. Em janeiro e fevereiro o pessoal da Previdência como um todo custou ao Tesouro NCz\$ 320 milhões; em março, essa despesa foi de NCz\$ 197 milhões. Mesmo com o aumento das contribuições, ainda sobrar um déficit operacional da ordem de 0,2% do PIB.